

P. cones, Stela

Duração dos cursos provoca
"regressão"

2000

Duração dos cursos provoca ‘regressão’

DA ENEMIA ESPECIAL A ALACOS

A duração dos cursos do Alfabetização Solidária —um mês de capacitação dos alfabetizadores e cinco meses de aulas— provoca polêmica até entre os próprios coordenadores do programa.

Especialistas questionam se não seria mais proveitoso se o programa mantivesse os alunos por um período maior em sala de aula para que pudessem consolidar conhecimentos de leitura e escrita.

De 97 até o fim do ano, o programa, segundo dados oficiais, totalizará o atendimento a 1,5 milhão de pessoas.

Se a escola tivesse sido port consolidar conhecimentos, o impacto do programa seria menor em termos numéricos.

Maria Clara Di Pietro, da Ação Educativa —organização não-governamental que promove pesquisas sobre educação—, diz que a regressão dos alunos ao analfabetismo após cursos breves é uma marca dos programas e campanhas que tentaram erradicar o problema no país, especialmente na zona rural.

“Isso é uma falha do programa”, diz Stella Bertholo Piconez, da Universidade de São Paulo (USP) e do conselho consultivo do Alfabetização Solidária. Segundo ela, o mérito do programa é ser um “indutor” de políticas na área de educação de jovens e adultos.

“Mas é preciso tirar da cabeça dos próprios participantes do programa que ele é alfabetizador.”

O problema está na pobreza das prefeituras que sediam o programa. Sem recursos e estrutura, esses municípios não têm como financiar programas de educação de jovens e adultos no formato dos supletivos e prosseguir com o Alfabetização Solidária.

Dos 1.016 municípios participantes do programa, cerca de 500 tiveram projetos de alfabetização de jovens e adultos aprovados pelo Ministério da Educação no ano passado. No entanto, como ainda não há uma verba específica do governo federal, a implantação efetiva das classes ainda depende da disposição das prefeituras e dos recursos disponíveis.

“O supletivo está funcionando melhor onde a prefeitura está envolvida no projeto”, diz Nathalie Hobeica, diretora de Comunicação e Captação do programa.

Crescimento rápido

Nos primeiros 49 municípios em que o programa foi implantado, o número de classes de supletivos aumentou de 17 (em 97) para 397 (em 99).

Nesse mesmo período, esses municípios tiveram pelo menos 1.199 classes de alfabetização com número de alunos semelhante aos dos supletivos (cerca de 25 por classe). Ou seja, a maioria dos alunos não obteve vaga para concluir os estudos.

Estudo feito pela Unicamp em

98, nos 148 municípios que sediam o programa, mostrou que, dos 75 mil alunos, 72% continuaram a estudar em supletivos.

O problema é que, em agosto

Estudo deverá ter continuidade

F- 22. 10 P. C4

DA ENEMIA ESPECIAL A ALACOS

O Ministério da Educação pretende adotar no próximo ano um projeto para que os estudos dos alunos do Alfabetização Solidária tenham continuidade.

Walter Tilkemoto, diretor do Departamento de Política de Educação Fundamental do MEC (Ministério da Educação), afirma que a solução virá com um programa de financiamento à educação de jovens e de adultos.

O programa, orçado em R\$ 182 milhões, vai destinar R\$ 200 anuais por aluno adulto matriculado em supletivo em 14 Estados do Norte e do Nordeste. Mas R\$ 25 milhões serão destinados a 389 municípios de outras regiões.

Para calcular a quantidade de alunos, o censo escolar passará a contabilizar as matrículas de jovens e adultos.

Os professores dessas classes também terão cursos de capacitação com recursos federais. Atualmente, a continuidade dos estudos depende da disposição —e principalmente da existência de recursos— das prefeituras.

Este ano, cerca de 300 municípios começaram a financiar supletivos com recursos próprios, mas não há vagas para todos.

dequela ano, o programa foi extinto rapidamente para 381 municípios (até atingir a quantidade atual) e as classes de supletivos foram surgindo vagarosamente,

te, de acordo com as possibilidades das prefeituras.

Para resolver o problema, o Ministério da Educação criou uma fonte de financiamento para essas

classes, que deverá ser utilizada a partir do próximo ano.

De acordo com Nathalie Hobeica, é difícil controlar o funcionamento das classes de supletivo. Is-

so porque, segundo ela, os dados dos municípios não coincidem com os do ministério e com os das universidades parceiras. (64-BRUELAITHIAS)